

**II EXAME DE ORDEM / 1998  
DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 10.10.98**

**I - PEÇA (7 pontos)**

A **CERÂMICA CAJAZEIRENSE**, situada no perímetro urbano de Cajazeiras -PB, mais precisamente no Bairro de Capoeiras, grande produtora de telhas, tijolos, cerâmicas e outros derivados do barro, preocupada com a demora na entrega, pela Secretaria de Finanças do Município, do carnê do IPTU do exercício de 1998 e, dado à proximidade do vencimento do prazo concedido para efetuar o pagamento (10.04.98) procurou, por intermédio do seu representante legal, aquele órgão Fiscal, para saber o que havia e cumprir com sua obrigação tributária. Qual não foi sua surpresa ao ser informado pelo Diretor de Arrecadação da Secretaria que só poderia ser pago o IPTU , que montava a soma de R\$ 3.000,00 (três mil reais), se houvesse o pagamento da Taxa de Limpeza Pública deste e dos dois exercícios financeiros anteriores.

É que a citada contribuinte havia recorrido administrativamente contra o pagamento da Taxa de Limpeza Pública, alegando que na localidade onde está situada a Cerâmica não há serviço de coleta de lixo, contrariando, assim, o que determinam a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional em seus artigos 145, II e 77, respectivamente.

Assim, diante da recusa do fisco municipal em receber o IPTU , a empresa procurou seu escritório, situado naquele Município, de mais de 80 mil habitantes, para ingressar com o remédio jurídico cabível. Redija a peça apropriada ao fato.

<p>DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.</p>
---

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA**

## **PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

### **II - QUESTÕES PRÁTICAS**

#### **1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

CAJAZEIRAS, promissora cidade, situada a 480 Km de João Pessoa, no alto sertão paraibano, levando em conta o grande número de inadimplentes do IPTU neste exercício financeiro, cujo vencimento ocorreu em 10.04.98 e, precisando de receita para saldar suas despesas, fez publicar lei no Diário Oficial do dia 10.10.98, estabelecendo que o contribuinte que saldasse sua obrigação até o dia 1º de dezembro deste mesmo ano não estaria sujeito à multa prevista em lei pelo referido atraso. Analisando a situação, diga que benefício fiscal concedeu-se aos contribuintes. Fundamente.

#### **2º QUESTÃO ( 1 ponto)**

"CABRA DA PESTE", uma empresa vendedora de armas de fogo, de facas-peixeiras e outros artigos de caça e pesca, situada na Rua Anísio Rolim, em Cajazeiras -PB, irritada com a fiscalização que realizavam no seu estabelecimento auditores da Receita Federal, trancou em um cofre toda a documentação de que o fisco necessitava para o desempenho do seu trabalho e passou a agredir verbalmente os agentes da fiscalização, chamando-os de ladrões, corruptos e parasitas da Nação. Diante destes fatos, à luz do CTN, que medidas devem tomar os auditores fiscais? Fundamente.

#### **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

A cidade de CAJAZEIRAS -PB, além de ser conhecida como "a cidade que ensinou a Paraíba a ler", também é elogiada por ser muito limpa e bem arborizada, formando um verdadeiro contraste com a paisagem árida do sertão. Buscando manter a fama de "cidade verde", certo Vereador apresentou Projeto de Lei instituindo o Imposto Ecológico, a ser cobrado das indústrias instaladas naquela progressiva cidade. Você, como Assessor Legislativo da Câmara Municipal, a quem a matéria fora distribuída, qual seria, em poucas palavras, seu parecer? Fundamente.

**II EXAME DE ORDEM / 1998**  
**DIREITO CIVIL**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 10.10.98**

**I - PEÇA (7 pontos)**

**DADO: SENTENÇA EM AÇÃO DE ALIMENTOS**

**PEDIDO: EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA**

" SENTENÇA:

Vistos, etc.

.  
. .  
.

Isto posto, com esteio no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido, condenando o alimentante JOSÉ a pagar pensão aos alimentados JOAO e MARIA, menores impúberes, representados por sua mãe VITÓRIA, no valor correspondente a doze salários mínimos mensais, no importe de seis salários mínimos para cada um. Os valores deverão ser pagos até o quinto dia útil de cada mês.

Condeno, ainda, o alimentante ao pagamento das custas processuais no valor de R\$ 175,00 e, honorários advocatícios de 10% (dez por cento) incidentes sobre doze prestações mensais.

Publicada em audiência, intimadas as partes, estas desistiram de recorrer.

O Ministério Público nada requereu.

Paga as custas, arquivem-se.

Brasília, em 04 de julho de 1998. "

**PEDIDO:**

Redigir a execução da prestação alimentícia.

**OBSERVAR:**

- 1 - A satisfação dos requisitos da petição inicial:
  - a- os dados das partes;
  - b- os fundamentos jurídicos e legais;
  - c- o pedido, com suas especificações;
  - d- o valor da causa;
- 2 - Os prazos, considerando a data de hoje (10.10.98);
- 3 - A elaboração de memória de cálculo, inclusive sua fundamentação legal;
- 4 - A correção gramatical.

**CONSIDERAR:**

Que o alimentante não efetuou nenhum pagamento referente :

- 1- as prestações alimentícias;
- 2 - as custas;
- 3 - aos honorários advocatícios.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

**II - QUESTÕES PRÁTICAS**

**1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Morrendo o comprador de uma coisa com pacto adjecto de venda a contento, o direito se transmite aos herdeiros?

**RESPONDA:** sucintamente.

**2º QUESTÃO** ( 1 ponto)

Em um contrato de compra e venda, com pacto de preempção ou preferência, o comprador vendendo a coisa a terceiro, como se resolve a obrigação e quais são os direitos do vendedor originário ?

**RESPONDA:** sucintamente.

**3º QUESTÃO** ( 1 ponto)

Quais os efeitos da troca de coisas de valores correspondentes entre ascendentes e descendentes quando os outros descendentes não consentem?

**RESPONDA:** sucintamente.

## **II EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO PENAL**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 10.10.98**

**I - PEÇA** (7 pontos)

Na noite de 12 de agosto de 1997 I ao término da partida de futebol entre os times Corinthians e Vasco da Gama, na qual venceu este último pelo escore de 3 X 0, torcedores de ambos os clubes que assistiram ao jogo pela TV da Lanchonete Hollywood, sita na entrequadra 916/917 - Norte, entraram em violenta discussão. Entre eles, o mais exaltado, **Paulo de Almeida Novaes e Silva**, vascaíno ferrenho, indivíduo de robusta complexão física, atacou-se com **Natanael Mendes Machado**, sem que a razão fosse maior que ser este, torcedor do Corinthians. Dominado **Natanael**, já no chão, **Paulo** passou a esmurrá-lo violentamente, valendo-se do seu porte agigantado e altamente desproporcional à sua vítima que era franzino. Não satisfeito, estando já, **Natanael**, desacordado e sangrando, **Paulo** valendo-se de uma garrafa, passou a golpeá-lo na cabeça até que **Natanael** quedou-se imóvel, já morto. A covarde atitude fez com que, até torcedores que faziam par com **Paulo**, se revoltassem contra o agressor procurando linchá-lo, o que somente

não aconteceu em razão da chegada de policiais que, dando voz de prisão, conduziram-no à 28 DP, onde foi autuado em flagrante. Na lavratura do Auto de Flagrante, além dos condutores **Geraldo Mesquita Neves** e **Guilherme Alcalá de Souza**, foram ouvidas duas testemunhas, **Edson Maldonado Pereira** e **Sebastião Miguel de Torres**, por sinal, vascainos, os quais descreveram com minúcias a covarde e cruel agressão sofrida por **Natanael**, partida, sem a mínima razão, de Paulo. Cumpridas as formalidades legais os autos do inquérito subiram a Juízo, no último dia do prazo de lei, contendo os laudos dos exames de eficiência e cadavérico, sendo distribuídos à Vara do Tribunal do Júri de Brasília - DF .

No laudo de exame de **Eficiência**, os peritos do Instituto de Criminalística, para onde a garrafa fora encaminhada, atestaram que tal objeto era **apto para provocar lesões contusas**.

Por sua vez, no laudo de **Exame Cadavérico**, os peritos do IML no item Exame das Lesões, assim se referiram: "**Hematomas nas regiões parietal, frontal, orbitária, malar e nasal com epistaxe**". "**Fratura exposta do seio frontal**". Como conclusão: "**Morte decorrente de edema cerebral por traumatismo céfalo-craniano, provocado por instrumento contundente**".

No dia 23 de agosto o MP ofereceu denúncia, capitulando o delito no art. 121, §2º II e IV, do Código Penal, arrolando o condutor **Geraldo Mesquita Neves** e as testemunhas **Edson Maldonado Pereira** e **Sebastião Miguel de Torres** ouvidas no auto de flagrante. O primeiro, agente da 28 DP, **Edson**, residente na SON 716, BI. "D", ap. 1602 e Sebastião, no SHIN, O. 26, conj.4, casa 7, Brasília - DF. Recebida pelo Juiz Mauro Ferraz Durão, determinou a citação, marcando data para o interrogatório, ocorrido em 29 de agosto (Processo nº 323/97)

No interrogatório, **Paulo** negou-se a responder as perguntas formuladas pelo magistrado, limitando-se a dizer: "**Eu sou inocente, ele me provocou e vou provar**", e na Defesa Prévia, seu advogado limitou-se a arrolar as mesmas testemunhas da promotoria, dizendo aguardar a oportunidade adequada para apresentar defesa de mérito. Marcado o sumário, foram ouvidas as testemunhas. **Geraldo** disse ter chegado após a prática delituosa, constatando a revolta de todos os circunstantes. **Edson** e **Sebastião**, unanimemente, demonstraram mais uma vez sua revolta face à furiosa agressão e absolutamente desnecessária de **Paulo**, contando, minuciosamente os detalhes do fato, finalizando por dizerem que, em todas as vezes em que o

Vasco perdia, **Paulo** encontrava sempre alguém para descarregar sua frustração.

Encerrado o sumário o Juiz abriu vista dos autos ao MP, que em sua peça, bem fundamentada, fez menção à fúria desproporcionada e abominável da agressão finalizando: "**comprovada a autoria e materialidade, requer o MP seja o réu pronunciado e submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri**". Em seguida, vista à defesa para a mesma finalidade. Você advogado de **Paulo**, foi intimado no dia 04/09/97 (sa feira) para cumprimento da providência cabível, vislumbrando, *prima facie*, a total impossibilidade de absolvição sumária, impronúncia ou mesmo de desclassificação na fase a seguir .

**Peticione**, utilizando-se, **tão-só**, dos elementos constantes do enunciado, datando sua peça no último dia do prazo.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### **1º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Francisco e Mário pretendendo matar Wilson, colocaram-se de emboscada, sem que um tivesse se apercebido da presença do outro. No momento em que Wilson se aproximou, ambos dispararam suas armas do mesmo calibre, resultando na morte de Wilson. Apreendidas as armas e retirados os projéteis do corpo da vítima, ficou comprovado por laudo do Instituto de Criminalística haver sido a arma de Francisco a responsável pelos disparos fatais. Indique de forma sucinta qual o exame levado a termo pelo Instituto de Criminalística para chegar a tal conclusão.

### **2º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Hélio, aproveitando-se de viagem de Fernando, seu colega de trabalho, apropriou-se das chaves do carro daquele para fazer um programa, retirando-o da garagem do edifício em que ambos trabalhavam no Setor Comercial Sul, com a intenção de restituí-lo após. De madrugada, encerrada a utilização, abandonou o veículo em lugar ermo, às margens do lago. Indique de forma sucinta qual a figura penal cabível, fundamentando.

### **3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

Oficial de Justiça de posse de Mandado de Citação, procurou o réu, por três vezes, no local indicado no mandado. Por suspeita de que o mesmo se ocultava para frustrar a citação, deu ciência à sua mulher de que voltaria no dia seguinte, às 16:00h, para cumprir o mandado. Dizer de forma resumida se seria válida ou não, a citação, indicando o motivo.

## **II EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO DO TRABALHO**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 10.10.98**

### **I - PEÇA (7 pontos)**

Redigir reclamação trabalhista com nomes fictícios das partes, observando os seguintes dados fáticos para causa de pedir e pedido:

contratação do reclamante: outubro de 1989 e continua no emprego;

função: motorista;

jornada: 44 horas semanais;

salário mensal: R\$ 450,00

outras vantagens: vale transporte, seguro de vida e saúde, ticket-alimentação.

direitos desrespeitados: não recebeu o 13º salário do ano de 1990;

trabalha diariamente 02 ( duas) horas extras, desde outubro de 1992, e nunca as recebeu;

sofreu um desconto em seu salário no valor de R\$ 250,00, em dezembro de 1997, por ter sido responsabilizado pela colisão de um veículo da empresa.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

O advogado que não possui instrumento de procuração ou substabelecimento nos autos e que não atuou no processo na I a instância (JCJ), poderá assinar o recurso ordinário para o TRT? Justifique.

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

Erro material existente na fundamentação da sentença proferida pela Junta de Conciliação e Julgamento poderá ser corrigido de que forma?

**3º QUESTÃO ( 1 ponto)**

O sindicato dos empregados, quando atua como substituto processual, está sujeito ao pagamento de custas processuais para interposição de recurso ordinário contra sentença da JCJ que julga inteiramente improcedente reclamação trabalhista por ele ajuizada? Justifique.

**II EXAME DE ORDEM / 1998  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 10.10.98**

**I - PEÇA (7 pontos)**

Em licitação do tipo técnica e preço (Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991), DATAINFORM, empresa especializada em informática requer sejam-lhe adjudicados os serviços de processamento de dados e não à empresa DIGITUM LTDA, que foi a escolhida.

Alega que, muito embora a sua proposta tivesse empatado com a da outra concorrente, na licitação sob a modalidade pública, seus serviços são de qualidade e, também, produzidos no Brasil.

Aduz a DATAINFORM que apresentou proposta clara e concreta, mesmo que não prevista no edital, comprometendo-se a conseguir financiamento subsidiado para todo o contrato, do que a outra concorrente sequer cogitou.

Assim, não faria sentido o sorteio, no qual saiu vencedora a concorrente DIGITUM.

Emita um parecer.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

## II - QUESTÕES PRÁTICAS

### 1º QUESTÃO ( 1 ponto)

SEVERUS, funcionário público federal, requereu o cômputo de tempo de serviço, para todos os efeitos, prestado como servidor sob o regime da CLT, antes de seu ingresso no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90).

O pedido foi indeferido, com expressa referência ao art. 7º, da Lei nº 8.162/91.

Qual o direito? Fundamente sua resposta.

### 2º QUESTÃO ( 1 ponto)

JEAN PIERRE, francês radicado no Brasil, há mais de vinte anos, líder do movimento ambientalista **Viva Natura**, em face do funcionamento de uma indústria que, segundo parecer técnico, é lesiva ao meio ambiente, pretende ingressar com ação popular contra o ato que autorizou o seu funcionamento e pretende, por consequência, sua revogação.

É possível? Fundamente sua resposta.

### 3º QUESTÃO ( 1 ponto)

Próximo a expirar-se o prazo de validade de um concurso público, com candidatos remanescentes não chamados, foi aberto outro, para o mesmo cargo.

O novo edital, contudo, previu que os candidatos aprovados no novo certame, só

seriam chamados após extinto o prazo de validade do anterior, visto que a Administração Pública não iria valer-se da possibilidade legal de prorrogá-lo.

Onde o direito? Fundamente sua resposta.